



A migração internacional como dimensão de trabalho: o papel das remessas na América Latina

International migration as a dimension of labour: the role of remittances in Latin America

Julio D' Angelo Davies^a

Resumo

Neste artigo, são apresentados e discutidos resultados recentes do volume internacional de remessas, com atenção especial para a América Latina e, mais particularmente, para o Brasil, país com o maior declínio de remessas recebidas entre 2014 e 2013. Em termos regionais, a América Latina ainda não recuperou o patamar de remessas pré-2008, ano de forte crise internacional. As remessas internacionais sozinhas são bem superiores ao volume total de investimento estrangeiro na região, evidenciando sua importância para a sobrevivência de milhões de pessoas. Considerando os dados regionais e, tomando o caso do município de Governador Valadares (MG), este artigo propõe reflexões sobre os impactos positivos e negativos nos países receptores e questiona até que ponto tais remessas estimulam o desenvolvimento das economias locais e até que ponto estas economias poderiam crescer mais, caso outras estratégias fossem adotadas.

Palavras-chave: migração internacional; remessas financeiras; mercado de trabalho; estratégia profissional; América Latina; Governador Valadares.

Abstract

This article presents and discusses recent data on international remittances, with particular attention to Latin America and, more specifically, Brazil, a country that has witnessed the largest decline in remittances received between 2013 and 2014. The region has not yet recovered back to pre-2008 crisis levels, when international levels of remittances were severely hit. International remittances alone account for more than total level of Foreign Direct Investment in Latin America, showing their importance for millions of people. Looking at regional data and, briefly discussing the case study of Governador Valadares, a small town in Brazil known for its high levels of remittances, this article aims to reflect on positive and negative impacts on those countries receiving remittances, and questions to what extent such remittances stimulate growth in local economies and to what extent they could grow more if other strategies were adopted.

Keywords: international migration; remittances; labour market; professional strategy; Latin America; Governador Valadares.

^a O autor graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense e concluiu o Mestrado "Brazil in Global Perspective" junto ao Instituto Brasil do King's College of London. Londres, Reino Unido.
Contato: juli Davies@gmail.com



Introdução

O fluxo de remessas internacionais tem se tornado um aspecto cada vez mais importante de fenômenos migratórios e do trabalho no âmbito destas migrações. Apesar da crise em países desenvolvidos a partir de 2007, as remessas internacionais para países latino-americanos são superiores aos valores de ajuda humanitária internacional e de investimentos estrangeiros diretos (*Foreign Direct Investment* em inglês) no caso de muitos países da região. As remessas feitas por emigrantes têm atraído cada vez mais atenção dos governos de países de onde estes indivíduos saem, seja através de programas de treinamento profissional para receptores das remessas ou simplesmente através de simplificação e barateamento de custos para transações bancárias internacionais. Em alguns países, as remessas chegam a corresponder a mais de 10% do PIB, justificando este crescente interesse governamental.

De acordo com estimativas do Banco Mundial, em 2013 US\$ 404 bilhões (WORLD..., 2014a) foram remetidos de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, correspondendo a 80% do total de remessas internacionais. O México é, sem dúvida, o caso latino-americano mais impressionante, sendo o único da região a aparecer no *ranking* dos 10 países que recebem maior volume de remessas. No entanto, em 2013, sete países latino-americanos receberam remessas estrangeiras equivalentes ou superiores a 10% de seus PIBs (MALDONADO; HAYEM, 2014): Haiti (25%), Honduras (19%), Guiana (18%), El Salvador (17%), Nicarágua (17%), Guatemala (14%) e Jamaica (11%), evidenciando a importância econômica do trabalho migratório para muitos países da região. A América Latina aparece atualmente como a terceira maior região receptora de remessas (US\$ 61 bilhões em 2013), atrás da Ásia Oriental & Pacífico (US\$ 112 bilhões em remessas) e do Sul da Ásia (US\$ 111 bilhões), sendo que estas duas últimas regiões têm populações de 2 bilhões e 1,6 bilhão de habitantes, respectivamente. Com 588 milhões de habitantes, a América Latina permanece como a região com maior recepção de remessas *per capita*, o que também torna muito clara a dimensão de distribuição de renda em escala global e o caráter fortemente laboral da migração oriunda da América Latina.

Este artigo tem como objetivo analisar as remessas feitas por imigrantes como dimensão de trabalho atual, olhando para a região latino-americana e, mais particularmente, para o Brasil, que recentemente teve um declínio considerável no volume de remessas recebidas. O caso célebre da cidade de Governador Valadares também é discutido nesse artigo, com considerações sobre desenvolvimento econômico, e por sua vez, sobre serem incorporadas por governos nacionais como estratégia de desenvolvimento, através da criação de programas oficiais de estímulo a remessas e capacitação profissional visando o empreendedorismo para familiares de migrantes ou migrantes retornados. O artigo está dividido em quatro partes: na primeira, discutem-se tendências recentes de remessas internacionais para a América Latina. Na parte II, são analisados dados sobre o caso mais célebre de migração e remessas no Brasil, a cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais. Na terceira parte, examinam-se perspectivas gerais da América Latina, tratando de prós e contras, bem como os desdobramentos para o desenvolvimento e a desigualdade. Finalmente, na parte IV são apresentadas conclusões deste artigo.

As remessas e a América Latina

Conforme já dito anteriormente, a América Latina concentra o maior volume de remessas *per capita* do mundo. O papel do México nesse total é central, fato diretamente relacionado à proximidade geográfica com os Estados Unidos. País mais populoso da região e por vários anos o segundo maior receptor de remessas, o Brasil tem uma trajetória particular neste quesito, quando comparado com o restante da região: de segundo maior receptor em 1995, o Brasil

passou a ocupar a sétima colocação na região em 2013, conforme demonstrado no Gráfico 1. As remessas para o Brasil atingiram um recorde de US\$ 3,6 bilhões entre 2004 e 2008 e desde então vêm caindo consistentemente.

A população brasileira, de 204 milhões de habitantes, corresponde a cerca de 35% do total latino-americano, sendo praticamente o dobro da população do México, segundo país mais populoso. Apesar de a crise de 2008 ter gerado uma tendência global de queda nas remessas oriundas dos países desenvolvidos, a queda do Brasil foi bastante superior à de todos os outros países da região. Isto se deve, em parte, à grande queda no volume de remessas do Japão (segundo maior país emissor para o Brasil, atrás dos EUA), o que pode ser atribuído a um processo de migração de retorno do início dos anos 2000. As remessas do Japão para o Brasil, que dispararam de US\$ 1,8 bilhão em 1995 para US\$ 3,5 bilhões em 1996, praticamente dobrando em apenas um ano, caíram para US\$ 3,3 bilhões em 2002 e US\$ 1,8 bilhão em 2003 (-55%). De acordo com o Ministério do Trabalho japonês, 92% de seus imigrantes que retornaram (financiados por um programa governamental de incentivos) eram brasileiros (MALDONADO; HAYEM, 2014). Deste modo, o impacto da migração de retorno do Japão para o Brasil é inegável ao considerar-se a queda em remessas para o Brasil. Entretanto, o caso japonês é distinto dos demais destinos, já que caía bruscamente, enquanto o total de remessas para o Brasil atingia níveis recordes, o que aponta uma diminuição da participação de brasileiros no Japão do total de remessas.

Em termos regionais, a América Latina teve uma queda de 10% no total de remessas desde 2008, contrastando com um aumento de 17% nos anos anteriores - 2004-2008 - (MALDONADO; HAYEM, 2014). Apesar das quedas no México (-3,8% em 2013, comparado ao ano anterior) e na América do Sul (-1,5% em relação a 2012), a América Central e o Caribe apresentaram crescimento consistente de 5,4% e 3%, respectivamente, entre 2012 e 2013. Apesar de todos terem em comum o mesmo país como principal emissor de remessas (os EUA), as regiões

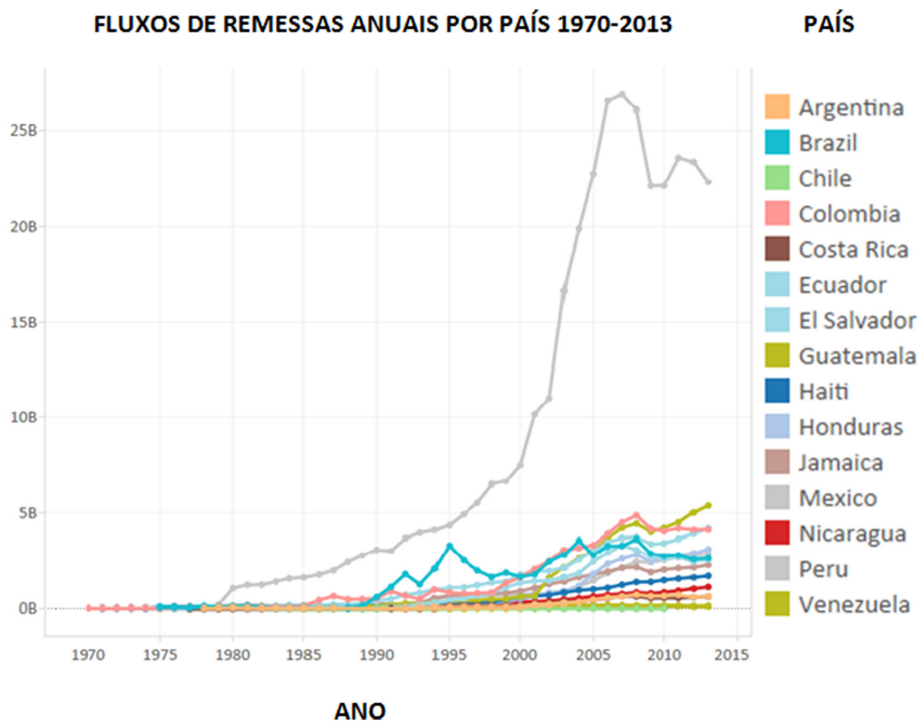


Gráfico 1. Remessas anuais por país - 1970/2013. Fonte: Migration Policy Institute (2014).

apresentaram tendências bem variadas recentemente, o que talvez possa ser melhor explicado por condições diversas em países de origem dos imigrantes, em detrimento de condições em países receptores dos mesmos, principalmente os Estados Unidos, maior fonte de origem das remessas, conforme evidenciado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), citado por Maldonado e Hayem (2014).

Ainda de acordo com o BID (MALDONADO; HAYEM, 2014), a maior redução das remessas para a América do Sul aconteceu no Brasil: excluindo-se o Brasil, o volume de remessas para a região é semelhante ao de 2007. O relatório do BID aponta um declínio significativo de 18,4% em remessas para o Brasil, que pode em parte ser atribuído à boa performance econômica do país recentemente, significando um aumento na migração de retorno. Neste sentido, Maldonado e Hayem (2014, p. 7) estimam que pelo menos 20% dos emigrantes brasileiros tenham retornado recentemente.

Vale a pena ressaltar também a dificuldade na mensuração precisa de remessas internacionais, já que muitos imigrantes em situação migratória irregular não possuem contas bancárias nos países de destino. Ademais, os custos mais altos atribuídos a transações bancárias oficiais internacionais desafiam a mensuração das remessas. Houve progresso ao longo dos últimos vinte anos, conforme Suki (2007) aponta. O autor sugere que, se as transações informais fossem incluídas, o volume total poderia aumentar em 50% (Suki, 2007, p. 19). Em 2005, por exemplo, o uso dos chamados operadores *Money Transfer* respondeu por 80% do total de remessas dos EUA para a Espanha e a América Latina. No entanto, muitas dessas agências não são incluídas no levantamento de remessas internacionais, indicando a proporção de transações informais não incluídas no total.

O caso de Governador Valadares

A cidade de Governador Valadares, com 277 mil habitantes, é famosa pelo constante fluxo migratório internacional ao longo de décadas. O caso particular dessa cidade teve início nos anos 60, portanto anterior ao fluxo nacional, que ganhou maiores proporções a partir dos anos 80. É inevitável perguntar-se porque uma cidade pequena, relativamente rural, foi precursora no envio de emigrantes brasileiros, numa época em que os custos e dificuldades para viagens internacionais eram maiores do que os de hoje.

Durante a II Guerra Mundial, a cidade recebeu empresas norte-americanas interessadas na exploração de mica, um mineral abundante na época, necessário para a produção em diversos ramos industriais, como derivados de borracha e a indústria de cosméticos. Quando o ciclo de mica perdeu folego e a economia local entrou em recessão, laços culturais já haviam sido estabelecidos com os EUA, tornando a migração para aquele país uma alternativa de trabalho viável. De certa forma, o caso de Governador Valadares exemplifica a corrente teórica dos sistemas internacionais, que explica a migração internacional não apenas pela necessidade de mão de obra nos países receptores. Também requer, como Fussell (2012, p. 28, tradução nossa) sugere: “[...] uma mão de obra móvel e disponível nos países emissores, além de conexões tecnológicas e ideológicas.”

Em seu estudo qualitativo, Assis (1999) aponta como razão principal para emigração de valaderenses a ausência de casa própria. A emigração teve início com os chamados pioneiros nos anos 60 e se consolidou ao longo das três décadas seguintes, principalmente na de 80, quando o Brasil mergulhou em recessão e hiper-inflação. O caso de Valadares é ilustrativo do argumento de Fussell (2012) sobre as três dimensões dos processos migratórios: espaço, tempo e agenciamento. A primeira diz respeito ao deslocamento geográfico, a segunda, à permanência do fluxo migratório ao longo de anos, e, por último, o agenciamento reflete a



iniciativa individual de transferir-se de um país a outro. As três dimensões estão interligadas para haver de fato um processo coletivo de migração.

Inicialmente formada por migrantes atraídos pelo boom econômico, Governador Valadares protagonizou um processo de migração interna, seguido de período de recessão econômica, que, devido à presença norte-americana, bem como à estagnação do ciclo da mica, produziu um contingente de emigrantes para os Estados Unidos. Soares (1999) informa que nos anos 80, 43% da população valadarense havia deixado a cidade. O autor estima ainda, baseado no Censo de 1991, que 15% (33.000 pessoas) da população local estivesse no exterior. O IBGE (apud Soares, 1999) indica ainda uma redução da emigração brasileira a cada década, caindo de 1,8 milhão na década de 80 para 550.000 nos anos 90 (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011). O IBGE aponta ainda para uma injeção em Valadares de US\$ 150 milhões entre 1980 e 1994 em investimentos em terras e propriedades (Soares, 1999). Remessas internacionais corresponderam a cerca de 36% de todas as transações envolvendo terras, casas, apartamentos e lojas em Governador Valadares entre 1984 e 1993, segundo Soares (1999).

Além disso, Martes e Soares (2006) afirmam que em 2004 o município foi o maior receptor de remessas internacionais no Brasil (14% do total), fato bastante expressivo para o tamanho da cidade. Em metrópoles como São Paulo, com população superior a 12 milhões de habitantes, é mais difícil mensurar o impacto de remessas internacionais, já que acabam sendo mais pulverizadas diante das proporções da economia municipal. Em cidades com população inferior a 500 mil habitantes, como Valadares, o impacto acaba sendo obviamente mais notável e isolável. O PIB do município teve crescimento constante entre 1985 e 1996, crescendo a uma taxa média de 6% entre 1991 e 1996, alavancado, por exemplo, pelo setor imobiliário. Em perspectiva regional, os números são expressivos, sendo o PIB municipal o de maior crescimento em Minas Gerais (no mesmo período o PIB do estado cresceu 3%). Considerando-se as tendências regionais recentes discutidas na primeira parte e o caso brasileiro mais célebre ao longo dos últimos 20 anos, passo a discutir então as questões que um fluxo migratório tão intenso possa ter a médio prazo em países em desenvolvimento, bem como municípios de pequeno e médio porte.

As remessas internacionais como estratégia de desenvolvimento

O caso de Governador Valadares exemplifica os benefícios que um alto volume de remessas internacionais pode trazer para uma cidade, incrementando o PIB *per capita* e o IDH da cidade, que cresceram acima da média estadual. Entretanto, este caso particular permitiria uma universalização quanto aos efeitos da migração internacional (e subseqüentes remessas internacionais) como dimensão de trabalho para uma economia local? Seria Valadares um caso bem-sucedido a ser replicado por outros municípios que almejem o mesmo crescimento? Sendo assim, emigração necessariamente gera desenvolvimento e redução de pobreza e desigualdade em países em desenvolvimento?

Os resultados empíricos encontrados por pesquisadores para estas perguntas são consideravelmente ambíguos. Em alguns outros casos na América Latina, concluiu-se que as remessas geraram um efeito contrário, aumentando a desigualdade e pobreza e o que estudiosos classificam como efeito *brain drain* (evasão de cérebros), ou seja, a exportação de cidadãos mais qualificados e com maior grau de escolaridade (com curso superior em muitos casos). Isso gerou carência de mão de obra nacional em setores econômicos mais especializados em alguns países, principalmente pelo fato de emigrantes geralmente serem parte da população economicamente ativa de suas regiões (o que inclusive pode ser o caso de Governador Valadares, apesar do crescimento). Ou seja, além de poder provocar falta de mão de obra em países com baixo nível de escolaridade, geralmente são profissionais em cargos mais

elevados quem mais contribuem para a economia e, em muitos casos, tais profissionais têm sua instrução custeada pelos governos, já que em vários países a educação superior é gratuita e financiada por impostos. A Tabela 1 apresenta a correlação entre desigualdade (mensurada pelo coeficiente GINI) e remessas internacionais na América Latina. O caso do México, conforme dito anteriormente, constitui uma exceção: trata-se do único país da região dentre os dez maiores receptores de remessas do mundo, o que pode ser atribuído à vizinhança geográfica aos Estados Unidos, um antigo importador de sua mão de obra para trabalhos agrícolas. Fora a Nicarágua, que também não apresenta correlação positiva entre desigualdade e remessas internacionais, todos os outros países servem como exemplo de que a migração internacional como estratégia profissional está diretamente relacionada ao nível de desigualdade de renda no país de origem, o que acaba gerando um círculo vicioso de baixo desenvolvimento. Sendo assim, países com escolaridade inferior acabam desenvolvendo maior desigualdade de renda, o que, por sua vez, impulsiona a emigração internacional, uma vez que, ainda que o trabalho no exterior possa ser classificado como “não-qualificado”, gera rendimentos muito superiores aos do país de origem.

Portanto, a questão seguinte é por que remessas internacionais geram efeitos diversos em países em desenvolvimento? Isto é interpretado aqui a partir do perfil migratório de cada país, já que a diversidade de emigrantes em termos latino-americanos é fundamentalmente relevante para essa discussão.

Em países com perfil migratório de cidadãos menos escolarizados e mais pobres (como México, El Salvador, Guatemala e Paraguai), as remessas tendem a ter impacto positivo no desenvolvimento (especialmente em áreas rurais), gerando ganhos superiores aos que eles receberiam em seus países de origem (ACOSTA, FAJNZYLBER E LOPEZ, 2008b). Entretanto, em países cujos emigrantes têm maior escolaridade e renda (como Peru, Nicarágua, alguns países do Caribe e o próprio Brasil), isto tende a piorar as condições de vida e o chamado

Tabela 1. Comparação entre renda, desigualdade (coeficiente GINI) e remessas internacionais para a América Latina em 2013.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	COEFICIENTE GINI	VOLUME DE REMESSAS RECEBIDO
RANKING	PAÍS	US\$ BILHÕES
41	CHILE	0,923
44	CUBA	***
49	ARGENTINA	1,078
50	URUGUAI	0,133
65	PANAMÁ	0,794
68	COSTA RICA	0,561
71	MÉXICO	21,583
79	BRASIL	1,623
82	PERU	2,707
93	DOMINICA	***
96	JAMAICA	2,605
98	EQUADOR	2,450
98	COLÔMBIA	4,071
102	REPÚBLICA DOMINICANA	3,333
115	EL SALVADOR	3,969
129	HONDURAS	3,121
132	NICARÁGUA	1,202

***número não-disponibilizado. Fonte: United Nations Development Programme (2013) e Maldonado e Hayem (2014).

efeito *brain drain*: em seu estudo, Fajnzylber e Lopez (2008) revelam que em países como Jamaica e Haiti, onde 80% de sua mão de obra com nível superior emigrou, muitas vezes são subutilizados em empregos abaixo de suas qualificações, classificados como “empregos de imigrantes”, nos quais ainda assim obtêm rendimentos superiores. Nestes casos, as remessas internacionais representam uma contribuição para a economia nacional inferior à que se estivessem permanecido em seus países, e assegurando ainda menos mão de obra qualificada e um efeito de subdesenvolvimento. Isto aplica-se na maior parte aos países da América Central, com baixa densidade populacional. Outro efeito adverso de escassez de mão de obra seria a valorização de taxas de câmbio, que poderia tornar tais países menos competitivos, recebendo menos investimentos e criando um efeito-cascata recessivo.

O impacto geral das remessas na América Latina, contudo, não é tão significativo quanto possa parecer: ao considerar dados de onze países, Acosta, Fajnzylber e Lopez (2008a) revelam que os primeiros três quintos (equivalente aos 60% mais pobres) recebem apenas 25% do fluxo total; portanto, ao invés de adquirir um caráter redistributivo de renda, as remessas internacionais reforçam a já acentuada desigualdade da região: o quinto mais próspero da população recebe 54% do total de remessas e 51% da renda total na região. O quadro de emigração brasileira parece refletir esse padrão de desigualdade, conforme indicam estudos como o de Margolis (1993): o nível médio de instrução de emigrantes brasileiros é bem superior à escolaridade média da população brasileira (os mais *aptos* emigram). Conforme aponta o Gráfico 1, acima, os níveis recordes de remessas internacionais recebidos no Brasil em 1995 entraram em declínio, apenas atingindo nível similar em 2005. Desde então, os níveis diminuíram, principalmente desde 2008, o que pode ser atribuído ao bom desempenho da economia brasileira (principalmente se comparada às economias dos países desenvolvidos) e aos baixos níveis de desempregos atingidos, bem como a forte valorização da moeda brasileira frente ao dólar americano e ao euro (essa baixa diminui o valor total das remessas na conversão)¹.

Outra variável importante (FAJNZYLBBER; LOPEZ, 2008) diz respeito ao nível educacional: existe uma correlação significativamente positiva entre possuir nível superior e envio de remessas. Niimi e Özden (2008) apontam que, enquanto apenas 7% dos emigrantes mexicanos e da América Central possuem educação terciária, 30% dos sul-americanos possuem grau superior, o que demonstra perfis socio-econômicos regionais completamente distintos. A explicação para tamanha distinção diz respeito menos a características nacionais e mais à diferença nos custos para migração internacional. A inexistência de uma fronteira que possa ser atravessada por terra obriga imigrantes sul-americanos a recorrerem obrigatoriamente a viagens aéreas e controles de fronteiras por parte das autoridades dos países, aumentando custos e riscos para aqueles que acabam vivendo em situação legal irregular. Sendo assim, sul-americanos mais prósperos e com maior escolaridade acabam sendo sobre-representados. Sul-americanos mais pobres, como bolivianos ou paraguaios, acabam migrando para países vizinhos, como o Brasil, Chile e Argentina. Apesar disso, a terceira maior colônia de brasileiros no exterior encontra-se no Paraguai. No entanto, trata-se de uma trajetória migratória particularmente distinta: nos anos 70 o governo paraguaio ofereceu incentivos a fazendeiros brasileiros para ocuparem terras naquele país e assim aumentarem a produção agropecuária. Sendo assim, trata-se de um tipo de migração bem específico, com subsídio governamental (minimizando riscos) e focada em brasileiros que não necessariamente foram em “busca de uma vida melhor”.

Apesar de o índice médio nacional de grau de instrução terciária de mexicanos e brasileiros (em torno de 8%) ser semelhante, no caso de imigrantes o cenário é radicalmente distinto: 25% dos brasileiros e 4% dos mexicanos têm esta instrução, de acordo com o Censo norte-americano de 2000 (NIIMI; ÖZDEN, 2008). Isto também consta do estudo de caso de Governador Valadares

¹ Apesar de uma baixa global e regional nas remessas para países em desenvolvimento ao longo dos últimos anos, o Brasil sofreu, com grande diferença, a maior queda da América Latina entre 2013 e 2014 (-18.4%).



feito por Soares (1999), que registra o grau de instrução dos imigrantes superior aos níveis médios locais, confirmando a tendência sul-americana. O estudo aponta ainda que, apesar de as remessas internacionais incrementarem o PIB *per capita* da cidade, também aumentaram a inflação e a desigualdade, uma vez que os dólares das remessas eram recebidos na maior parte por famílias mais prósperas da cidade, aumentando os preços de terras e imóveis, com efeitos negativos nas famílias de moradores que não recebiam remessas estrangeiras, em sua maioria das camadas com menor poder aquisitivo. Por outro lado, Niimi e Özden (2008) apontam uma correlação negativa entre grau de escolaridade e remessas, pois famílias com mais instrução tendem a depender menos de remessas para sua subsistência (o que não é necessariamente o caso de Valadares, já que nem sempre remessas são para ajuda a familiares, mas também para investimento próprio em negócio/imóvel). Ou seja, ainda que haja a correlação negativa, remessas de imigrantes não necessariamente destinam-se a manter familiares, tendo talvez mais o objetivo de investimento ou formação de poupança.

Sendo assim, pode-se afirmar que os efeitos das remessas internacionais nos países que enviam imigrantes sejam bastante diversos. Variam de acordo com o país e mesmo a cidade (o impacto de remessas em São Paulo não é o mesmo do de Governador Valadares). Porém, estes efeitos servem como sintoma das profundas transformações que o trabalho tem sofrido em países desenvolvidos e que provavelmente serão seguidos por mudanças futuras em países em desenvolvimento. A crescente predominância do setor de serviços nas principais economias globais tem sido o grande catalisador que recebe imigrantes, como os de Valadares. Porém, os países desenvolvidos têm se baseado no ainda crescente contingente populacional de países em desenvolvimento como estratégia de ocupação nos mercados de trabalho. E quando essas taxas de crescimento populacional também estagnarem nos países em desenvolvimento? A taxa no Brasil, por exemplo, já está abaixo da média de 2 filhos por mulher, considerada a taxa média de reposição de mão de obra. Quais as implicações de uma taxa internacional decrescente de natalidade nos mercados globais?

Procurei demonstrar na terceira parte deste artigo a dificuldade e ambiguidade em definir o trabalho migratório como necessariamente positivo ou negativo, demonstrando as várias nuances e consequências distintas de caso para caso. Apresento a seguir conclusões parciais das discussões apresentadas.

Conclusões

Em 2005, o governo brasileiro lançou o Programa Dekassegui Empreendedor, voltado para desenvolver capacidades empreendedoras junto aos membros da comunidade nipo-brasileira, muitos deles retornados do Japão. Em 2006, o Programa Remessas foi assinado em parceria com o BID, voltado majoritariamente para valadarenses retornados dos EUA. O grande objetivo destes programas era oferecer *expertise*, pesquisa de mercado e treinamento em gerenciamento de negócios a estes novos empreendedores, bem como oportunidades de microcrédito.

Tal estratégia evidencia a importância que a migração internacional e o envio de remessas adquiriram como estratégias profissionais no Brasil. No entanto, a simples acumulação financeira no exterior em muitos casos não se converteu em pequenos negócios bem-sucedidos. Uma narrativa comum a vários imigrantes que poupam e remetem dinheiro para investimento em negócio próprio nos municípios de origem (a justificativa mais comum para os projetos migratórios de cunho econômico) é a de um retorno mal-sucedido profissionalmente e de uma nova emigração para outro país, conhecida como migração ioiô. Muitas dessas histórias de retorno incluem tentativas de abrir restaurantes ou cafés, que então são fechados por mau gerenciamento ou por falta de público consumidor, em cidades como Valadares. Sendo assim, o governo brasileiro buscou capacitar tais migrantes (ou familiares destes) para profissionalizá-los.



Entretanto, em muitos casos, a baixa demanda nestas cidades, desprovidas de uma classe média que consuma tais serviços, consistindo em razões alheias ao migrante em si, e sim relativas a condições mais estruturais do país.

O envio de remessas por si só não pode ser concebido como estratégia de desenvolvimento e não gera crescimento econômico nos países receptores, nem arrecadação de impostos e contribuições previdenciárias. A discrepância de nível de renda internacional, aliada ao barateamento dos custos de transportes e comunicações, são responsáveis pelo *boom* migratório das últimas décadas e pelo contínuo envio de remessas como estratégia de sobrevivência. Em alguns países latino-americanos, a perda de mão de obra qualificada (apesar dos altos custos de educação superior, em muitos países subsidiados por impostos) também cria um efeito perverso de *brain drain*, o que pode gerar um efeito-cascata de redução de investimentos e depreciação salarial nestes países. Pode aumentar a inflação, o que afeta os mais vulneráveis na sociedade. A criação de programas de transferência de renda e o crescimento do salário mínimo acima de níveis inflacionários são medidas estatais que repercutem muito mais que o simples estímulo governamental à emigração e ao envio de remessas, já que, como o caso brasileiro explicita, aumenta o consumo e, portanto, a contribuição para uma economia nacional é mais disseminada. Além disso, conforme evidenciado pela trajetória de muitos imigrantes, não basta apenas acúmulo de divisas no exterior como estratégia de um negócio bem-sucedido. Outros elementos, como universalização do ensino fundamental, diminuição de desigualdade para criação de um mercado interno mais extenso, parecem mais sólidos como pilares de desenvolvimento para a América Latina. Além disso, o envelhecimento populacional, que hoje afeta principalmente países desenvolvidos, é algo que, espera-se, dentro de 30 anos comece também a afetar países em desenvolvimento, o que suscita a pergunta lógica de como funcionará o mercado de trabalho nestes países, sobretudo naqueles com alto contingente de população emigrante? De quais regiões se recrutarão imigrantes quando as populações latino-americanas começarem a entrar em declínio? Os governos da região precisam adotar medidas desenvolvimentistas que, ao invés de tornar condições para migração internacional mais atraentes para sua mão de obra, contribuam para manter esta população economicamente ativa trabalhando em seus países, uma vez que o ganho econômico e previdenciário disso é muito mais robusto. As estratégias econômicas latino-americanas precisam ser pensadas a longo prazo, tendo em vista seu iminente declínio populacional.

Procurou-se aqui demonstrar que, apesar de as remessas internacionais terem sido importantíssimas para a América Latina, seus efeitos são de curto prazo e contraditórios, pois só tiveram um impacto significativo na redução de pobreza e desigualdade em apenas dois países da região: El Salvador e Guatemala (Acosta et al., 2008). Portanto, a migração internacional não deve ser estimulada por governos nacionais como estratégia profissional (ainda que a redução de seus custos seja algo a ser promovido), pois em muitos casos aumenta a desigualdade e não gera crescimento econômico nos países receptores das remessas. Sendo assim, evidências empíricas de pesquisadores indicam que a emigração parece trazer mais efeitos negativos que positivos para os países de origem.

Referências

ACOSTA, P. et al. Do Remittances Lower Poverty Levels in Latin America? In: FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. (Ed.). *Remittances and development: lessons from Latin America*. Washington: World Bank, 2008.



ACOSTA, P.; FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. How important are remittances in Latin America? In: FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. (Ed.). *Remittances and development: lessons from Latin America*. Washington: World Bank, 2008a.

ACOSTA, P.; FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. Remittances and household behaviour: evidence for Latin America. In: FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. (Ed.). *Remittances and development: lessons from Latin America*. Washington: World Bank, 2008b.

ASSIS, G. O. Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. The development impact of remittances in Latin America. In: FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. (Eds.). *Remittances and development: lessons from Latin America*. Washington: World Bank, 2008.

FUSSELL, E. Space, time and volition: dimensions of migration theory. In: ROSEMBLUM, M. R.; TICHENOR, D. J. (Ed.). *The oxford handbook of the politics of international migration*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MALDONADO, R.; HAYEM, M. L. *Remittances to Latin América and the Caribbean in 2013: still below pre-crisis levels*. 2014. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getDocument.aspx?DOCNUM=38842219>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

MARGOLIS, M. *Little Brazil: an ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

MARTES, A. C.; SOARES, W. *Remessas de Recursos dos Imigrantes*. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200004>. Acesso em: 29 mar. 2015.

MIGRATION POLICY INSTITUTE – MPI. *Remittance trends over time*. Washington: MPI, 2014. Disponível em: <<http://www.migrationpolicy.org/programs/data-hub/global-remittances-guide>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

NIIMI, Y.; ÖZDEN, Ç. Migration and remittances in Latin América: patterns and determinants. In: FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. (Ed.). *Remittances and development: lessons from Latin America*. Washington: World Bank, 2008.

OLIVEIRA, L. A.; OLIVEIRA, A. T. *Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil*. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/reflexões_deslocamentos/deslocamentos.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2015.

SOARES, W. Emigração e (i)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

SUKI, L. *Competition and remittances in Latin América: lower prices and more efficient markets*. Columbia: Columbia University, 2007. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/competition/prosecutionandlawenforcement/38821426.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2015.



UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. *Human Development Reports 2013 - The Rise of the South: human progress in a diverse world*. New York: UNDP, 2013. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/2013-report>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

WORLD BANK. *Migration and remittances data*. 2014a. Disponível em: <<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPROSPECTS/0,,contentMDK:22759429~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:476883,00.html>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

WORLD BANK. *Remittances to developing countries to stay robust this year, despite increased deportations of migrant workers, says WB*. 2014b. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2014/04/11/remittances-developing-countries-deportations-migrant-workers-wb>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Recebido: 26 jan., 2016
Aceito: 14 mar., 2016